



## DEM pede que PGR investigue ministro por crime de responsabilidade

Uma representação para apurar se houve crime de responsabilidade por parte do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, foi encaminhada nesta sexta-feira (11/12) à Procuradoria-Geral da República. O pedido foi feito pelo líder do DEM na Câmara dos Deputados, deputado Mendonça Filho (PE). Ele alega que houve veiculação de reportagens no programa *A Voz do Brasil* nas quais “notou-se franca propaganda em abono a teses de defesa da presidente da República”.

Para Mendonça Filho, na edição do dia 4 de dezembro, o programa radiofônico foi “muito além da narrativa, prestando-se, muito mais, a aduzir teses em prol da presidente da República, sem em qualquer momento dar voz a quem pensasse de maneira diversa”.

A representação traz trechos do programa em que, segundo o DEM, as entrevistas e os comentários dos apresentadores trazem apenas teses de pessoas contrárias ao pedido de *impeachment*. No dia 2 de dezembro, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), [abriu processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff](#) ao aceitar pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Conceição Paschoal.

No pedido apresentado à PGR, o líder alega que o conteúdo de *A Voz do Brasil* é de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social e lembra que a Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela produção da primeira meia hora do programa, é vinculada à secretaria.

Para o DEM, o programa radiofônico deve ser usado apenas para transmissão de informações institucionais dos poderes. A ação do partido usa como argumento os princípios da administração pública, como a impessoalidade e a moralidade, estabelecidos na Constituição. “Há, assim, mais que uma finalidade institucional do programa, existe, em verdade, clara proibição de que dele se utilize a administração a fim de promover pessoas ou fins político-partidários.”

Por meio de nota, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República informou que “desconhece oficialmente a representação em questão e esclarece que todos os procedimentos jornalísticos adotados pela EBC são previstos em lei e respeitados pela atual gestão”.

### Date Created

12/12/2015